

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

READING-WRITING AND LITERACY IN CHILDREN WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

ALFABETIZACIÓN Y LETRAMIENTO EN NIÑOS CON DEFICIENCIA INTELLECTUAL

Marilene Bortolotti Boraschi*

RESUMO

O presente artigo tem como tema o papel e a aprendizagem da leitura e da escrita para o desenvolvimento humano como prática social, considerando a condição indispensável de se saber ler e escrever como exercício de cidadania. Tem como objetivo refletir sobre a ocorrência dos processos de alfabetização e de letramento em crianças com deficiência intelectual. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, pautando-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa. As reflexões feitas ao longo da investigação trouxeram algumas considerações sobre a deficiência intelectual, caracterizando-a. Possibilitaram alguns apontamentos sobre os processos de alfabetização e de letramento. Como resultados da pesquisa, algumas reflexões foram possíveis acerca da ocorrência da alfabetização e do letramento em crianças com deficiência intelectual, discutindo como esses processos podem se dar por meio de práticas pedagógicas em salas de aula comum do ensino regular, contribuindo com a apropriação do mundo letrado e a inserção ativa dessa criança na sociedade.

Descritores: Deficiência intelectual. Alfabetização. Letramento.

ABSTRACT

This article focuses on the role and learning of reading and writing to human development as a social practice, considering the necessary condition to reading and writing as an exercise in citizenship. Aims to reflect on the occurrence of reading-writing processes and literacy in children with intellectual disabilities. The study was conducted by means of literature, and are based on a qualitative research. The reflections made throughout the investigation brought some considerations on intellectual disability, charactering it. Allowed some notes on the processes of reading-writing

* Licenciada em Letras no Centro Universitário Toledo e em Pedagogia no Centro Universitário Claretiano. Especialista em Atendimento Educacional Especializado na Unesp/Marília. Especialista em Texto: teoria e prática na sala de aula na UNESP/Presidente Prudente. Mestranda em Educação no PPGE-FCT/UNESP, Presidente Prudente, SP. Bolsista CAPES/PROESP. E-mail: marilene.profa@yahoo.com.br. Telefone: (18) 9786 0703

and literacy. As the survey results, some thoughts were about the possible occurrence of the processes of reading-writing and literacy in intellectually disabled children, discussing how these processes can take place through pedagogical practices in classrooms common regular education, contributing to the appropriation of the world literate and active participation by such child in society.

Keywords: Intellectual Disability. Reading-writing. Literacy.

RESUMEN

El presente artículo posee como tema el papel y el aprendizaje de la lectura y de la escrita para el desarrollo humano como práctica social, considerando la condición indispensable de saberse leer y escribir como ejercicio de ciudadanía. Trae como objetivo reflexionar sobre la ocurrencia de los procesos de alfabetización y de letramiento en niños con deficiencia intelectual. El estudio fue realizado por medio de pesquisa bibliográfica, pautándose en un abordaje cualitativo de pesquisa. Las reflexiones hechas a lo largo de la investigación trajeron algunas consideraciones sobre la deficiencia intelectual, caracterizándola. Posibilitaron algunos apuntamientos sobre los procesos de alfabetización y de letramiento. Como resultados de la pesquisa, algunas reflexiones fueron posibles acerca de la ocurrencia de la alfabetización y del letramiento en niños con deficiencia intelectual, discutiendo como esos procesos pueden darse por medio de prácticas pedagógicas en clases comunes de la enseñanza regular, contribuyendo con la apropiación del mundo letrado y la inserción activa de ese niño en la sociedad.

Descritores: Deficiencia intelectual. Alfabetización. Letramiento

1 Introdução

O processo de inclusão de pessoas em determinado âmbito social, em especial na escola, envolve o oferecimento de condições físicas, pedagógicas e sociais para que a criança, o jovem ou o adulto aprenda e possa exercer seu papel como cidadão, tendo direito a uma Educação de qualidade, com oportunidades de aprendizagens que possam humanizá-lo.

Atualmente, há um grande número de pessoas com deficiências, em especial, com deficiência intelectual nas salas de aula comum do ensino regular. O que se observa é que essas pessoas, aparentemente, têm dificuldades no processo de aquisição da escrita, contribuindo, muitas vezes, para que terminem o Ensino Fundamental sem estarem alfabetizadas.

O professor da sala de aula regular nem sempre está preparado para o trabalho com a criança

com deficiência intelectual, fazendo das atividades diferenciadas tarefas para preenchimento de tempo e não para desenvolvimento harmônico e integral infantil. Utilizam propostas baseadas na repetição e na memorização em lugar de buscarem envolver a criança em situações de aprendizagens pautadas em experiências e vivências significativas. Esse modo de tratar a criança revela falta de crédito na capacidade de aprender do deficiente intelectual, ocasionando prejuízos para suas aprendizagens e seu desenvolvimento como ser humano.

Considerando o papel e o valor da aprendizagem da leitura e da escrita para o desenvolvimento humano, com expressão nas atitudes sociais de cada pessoa, inclusive as com deficiência, é que se focou a temática desse estudo. Sendo assim, o objetivo das reflexões apresentadas envolve discussões sobre o papel da alfabetização e do letramento no desenvolvimento do estudante com deficiência intelectual, na busca por indicações pedagógicas para que essa criança possa se apropriar do mundo letrado de modo significativo, com possibilidades de inserção ativa na sociedade.

Com essa perspectiva, este artigo, num primeiro momento, aborda aspectos da deficiência intelectual, caracterizando-a. Na sequência, enfoca princípios para se discutir os termos alfabetização e letramento. Traz, também, os procedimentos metodológicos escolhidos e é finalizado com considerações sobre como o processo de alfabetização e de letramento pode ocorrer em crianças com deficiência intelectual.

2 Aspectos da deficiência intelectual

O termo deficiência intelectual passou a ser usado a partir da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada em 06/10/2004 pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004), em lugar de deficiência mental.

De acordo com o Decreto de nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999), a deficiência mental é um “[...] funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: (a) comunicação, (b) cuidado pessoal, (c) habilidades sociais, (d) utilização dos recursos da comunidade, (e) saúde e segurança, (f) habilidades acadêmicas, (g) lazer e (h) trabalho”.

Sendo assim, o deficiente possui um funcionamento intelectual abaixo da média e não nulo como muitos pensam. É capaz de aprender e as limitações associadas às habilidades adaptativas não significam que essa pessoa seja limitada para realizar ações, como trabalhar, ler ou estudar. É

necessário, portanto, que a criança com deficiência intelectual tenha sua inteligência motivada e exercitada constantemente para que haja evolução no seu desenvolvimento e se aproprie do currículo escolar.

Em sala de aula é comum encontrar práticas pedagógicas que não reconhecem o potencial (capacidade de aprender) da criança com deficiência intelectual. Há o privilégio de atividades mecânicas sob o pretexto de que esse aluno não consiga realizar outro tipo de atividade, antecipando, dessa forma, o seu fracasso escolar. Com práticas pedagógicas assim efetivadas, confirma-se o descrédito em relação a essa criança, colocando-a numa situação de incapacidade de aprender.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para Alunos com Deficiência Intelectual (BRASIL, 2010, p. 07) explicita que “alguns professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas quando atuam junto aos alunos que apresentam deficiência intelectual. Ao invés de apelar para situações de aprendizagem que tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno, atividades essas capazes de mobilizar seu raciocínio, propõem atividades baseadas na repetição e memória. Frequentemente, essas atividades são desprovidas de sentido para os alunos [...]”.

Devido a esse fato, torna-se necessário inserir, nos planos de aula, atividades que tenham sentido para as crianças, pautadas nas vivências e experiências anteriores delas. Nesse sentido, devem estar de acordo com o currículo escolar e terem objetivos precisos e não apenas para preenchimento de tempo. “Em suma, para efetivar a inclusão no contexto escolar há de se levar em conta as múltiplas dimensões vivenciadas pelas pessoas com deficiência, pois suas vidas, assim como de todos os seres humanos, são formadas por diferentes experiências e relações sociais [...]”. (PLETSCH, 2009).

Afirma-se que, com planejamento intencional, é possível revelar as ideias que temos sobre quem é a criança, valorizando-a como sujeito capaz de realizar as atividades propostas em interação com outras e com adultos. Com essa perspectiva, é essencial que haja intenção pedagógica na proposição e realização dessas atividades, levando em conta as necessidades educacionais de todos os alunos, tendo deficiência ou não.

Para atender às necessidades educacionais especiais, a contribuição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é imprescindível. Vale destacar, nesta oportunidade, que o AEE é garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Artigo 208, a todos os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que necessitem desse complemento. Essa Lei máxima determina que esse atendimento ocorra de preferência nas salas de aula comum da rede regular de ensino. É indicado, segundo o documento,

que tal atendimento aconteça em período contraturno, tendo outros objetivos, metas e procedimentos educacionais comparados aos do ensino regular.

O professor para atuar no AEE deve ter, além da formação básica em Pedagogia, formação específica para atuar com a necessidade educacional a que se propõe atender (BRASIL, 2008). É importante ressaltar que o professor do Atendimento Educacional Especializado não deverá substituir o professor da sala de aula comum, pois deve ser um complemento e não um substituto do ensino regular. Possui um papel fundamental no desenvolvimento da criança com deficiência intelectual dentro e fora da escola. Para isso, será necessário que o docente organize situações que estimulem as aprendizagens do aluno com deficiência intelectual, produzindo materiais didáticos e pedagógicos, visando às necessidades educacionais especiais específicas da sala de aula comum.

Com base nessa ideia, torna-se fundamental que o professor do AEE interaja com o professor da sala de aula regular, trocando informações acerca do desenvolvimento da criança, suas dificuldades, frequência e participação no âmbito escolar. Isso para que esse profissional possa analisar os resultados de suas propostas educativas e replanejar as ações pedagógicas, buscando estratégias para o desenvolvimento infantil e a apropriação efetiva da aprendizagem da leitura e da escrita.

3 Alfabetização e letramento: algumas reflexões

Falar em alfabetização e letramento é falar em exercício da cidadania, dada à condição indispensável, hoje, de saber ler e escrever. “Saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano são, hoje, necessidades inquestionáveis tanto para o exercício pleno da cidadania, no plano individual, quanto para a medida do nível de desenvolvimento de uma nação, nível sociocultural e político” (MORTATTI, 2004, p. 15).

Em diferentes pesquisas como as de Soares (2004) e Rojo (2009), bem como os documentos publicados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007; 2008; 2010) em relação à alfabetização e ao letramento, é possível localizar o termo alfabetização entendido como a capacidade individual de aquisição da leitura e da escrita e letramento como a prática social dessa aquisição.

Essa prática da leitura e da escrita envolve a utilização da língua em sua função social, a partir do seu emprego pelo sujeito nos variados ambientes sociais. Sendo assim, a escola tem o dever de letrar e não apenas alfabetizar. Esse processo de alfabetizar letrando deve ser estendido a todos os alunos, inclusive aos deficientes intelectuais, para que também tenham as mesmas oportunidades que os demais nos diferentes ambientes sociais de convivência.

Com a globalização e a evolução das mídias, o letramento não pode apenas se pautar em textos de caráter escolar. É necessário que haja uma interação com um universo textual que possa abranger todos os gêneros discursivos, de maneira a garantir o desenvolvimento de habilidades e competências leitoras, capazes de apropriação das múltiplas possibilidades de uso da leitura e da escrita em diferentes situações sociais.

É importante lembrar que a criança ao chegar à escola possui um vasto conhecimento de mundo. Mesmo que não domine o código gráfico, isto é, não saiba ler nem escrever, ela não é de todo iletrada, porque fora do ambiente escolar, reconhece placas, letreiros, anúncios, rótulos, embalagens, os quais fazem parte de sua vivência e está acostumada a visualizar. Por exemplo, mesmo que uma criança não saiba ler, é capaz de identificar entre várias embalagens o sabão em pó utilizado por sua família, o que significa que, embora não compreenda os códigos linguísticos, está em processo inicial de letramento (CARVALHO, 2004).

Torna-se fundamental, assim, tratar e vivenciar a língua como instrumento de comunicação e com isso colocar o texto como ponto de partida para a alfabetização e letramento. A diversidade textual passou, dessa forma, a ser essencial para um trabalho que possa atingir o atual contexto. Nessa perspectiva, surgem possibilidades para que a criança se aproprie de textos circulantes em diferentes setores sociais: televisão, jornal, revistas, panfletos publicitários, cartas, receitas, internet, assim como em textos de caráter literário, para apropriação e atividade com diferentes tipos de textos em que a língua se efetive social e culturalmente.

Esse processo é o que os autores intitulam de “alfabetizar letrando”. Assume essa denominação porque se torna capaz de envolver a criança em situações de leitura e de escrita reais. Nesse processo, ela pode ter autonomia, saber expor suas ideias, compreender as do outro e fazer da linguagem um instrumento verdadeiro para a construção da cidadania em uma sociedade globalizada e de expressiva circulação de informação e comunicação.

Nas palavras de Rojo (2009, p. 118), “[...] trabalhar com a leitura e a escrita na escola hoje é muito mais que trabalhar com a alfabetização ou alfabetismos: é trabalhar com os letramentos múltiplos, com as leituras múltiplas – a leitura na vida e a leitura na escola – e que os conceitos de gêneros discursivos e suas esferas de circulação podem nos ajudar a organizar esses textos, eventos e práticas de letramento”.

Dessa maneira, parece evidente a importância que a alfabetização e letramento aconteçam de forma interdisciplinar, trabalhando as mídias e as linguagens de forma geral, de acordo com a concepção de que cidadão se quer formar. É necessário, assim, no trabalho com o estudante com deficiência intelectual, escolher textos que ofereçam uma melhor inserção no atual mundo letrado,

uma vez que deve haver a preocupação de preparar o indivíduo para sua atuação ativa no seu círculo social de convivência.

De acordo com a publicação do MEC, *Educação Inclusiva – Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental*, “a escola comum tem um compromisso primordial e insubstituível: introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo o ser humano, incondicionalmente tem o direito a essa introdução” (BRASIL, 2005, p. 08). Para que essa inserção no mundo social, cultural e científico aconteça é fundamental que ocorra o processo de letramento, uma vez que por meio da leitura e escrita o ser humano tem acesso a todo universo cultural.

Diante do exposto, torna-se impossível separar a alfabetização do letramento. São processos distintos, mas que deverão acontecer simultaneamente, de forma a garantir que a criança adquira a língua escrita em sua totalidade, aprendendo produzir e ser leitora de textos, compreendendo as competências leitoras presentes em todos os gêneros textuais.

4 Procedimentos metodológicos

O texto pauta-se numa abordagem qualitativa de pesquisa e teve como base a pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa, de acordo com Mello (2011, p. 03), “envolve o procedimento de levantar e selecionar a literatura disponível sobre o tema escolhido pelo pesquisador. A partir do momento em que o pesquisador inicia a organização dos resultados de sua leitura, produzindo registros segundo um gênero acadêmico, pode-se dizer que ele passou a realizar sua *pesquisa bibliográfica*”.

No percurso da pesquisa, uma das dificuldades foi encontrar referências atuais sobre o tema. Há muitas abordagens na literatura, mas são apresentadas separadamente pesquisas sobre alfabetização e letramento e pesquisas sobre deficiência intelectual. Em poucos textos encontrados, tais como o documento “Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental” (BRASIL, 2007), são localizadas as temáticas de maneira articuladas.

Foi realizada uma pesquisa em diversas bases de dados, mas, não foram localizadas pesquisas recentes sobre o tema em estudo, justificando, assim, a importância e relevância da temática.

Além disso, houve a consulta em bases de dados dos periódicos, a saber: Caderno CEDES; Cadernos de Pesquisa; Revista Brasileira de Educação; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos;

Revista Brasileira de Educação Especial, e Revista de Educação Especial.

Da mesma maneira, não houve êxito na localização de referências que tratassem do tema pesquisado. Devido a esse fato, foi necessário recorrer a livros como referências bibliográficas a serem lidas, sistematizadas e analisadas, entre os quais destacam-se: Anache e Mitajans (2007), Carvalho (2004), Castanheira, Maciel e Martins (2008), Glat (1989), Mello (2011), Mortatti (2004), Rojo (2009), Soares (2004) e Vigotsky (2003) e algumas publicações do Ministério da Educação.

Com base no exposto, uma das tentativas foi à realização de reflexões sobre alfabetização e letramento e sobre deficiência intelectual, articulando uma discussão sobre os dois temas objeto do estudo.

5 Resultados e discussões

Sabe-se que os processos sistematizados do ensino e da aprendizagem da língua escrita (alfabetização) contribuem para a elaboração e a formação de conceitos necessários para o letramento de pessoas com ou sem deficiências. É inegável que o processo de alfabetização seja algo complexo e que envolva dimensões relacionadas às mais diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociolinguística e linguística, antropologia, sociologia, dentre outras (SOARES, 2004). Em outras palavras, o conceito de alfabetização não pode ser resumido a apenas um processo de aquisição da leitura e da escrita, sem levar em consideração fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. Os dados bibliográficos coletados, sistematizados e analisados destacam a necessidade de um processo de alfabetização-letramento.

Há crianças que passam pela escola sem encontrarem condições de se tornarem efetivos leitores. Com isso, torna-se necessário trabalhar a alfabetização na perspectiva do letramento. O professor precisa conduzir seu trabalho de forma que seus alunos adquiram habilidades e competências leitoras necessárias para atuar na sociedade. “O modo como o professor conduz o seu trabalho é crucial para que a criança construa o conhecimento sobre o objeto escrito e adquira certas habilidades que lhe permitirão o uso efetivo do ler e do escrever em diferentes situações sociais. Conduzir o trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento, mais do que uma decisão individual, é uma opção política, uma vez que estamos inseridos num contexto social e cultural em que aprender a ler e escrever é mais do que o simples domínio de uma tecnologia”. (CASTANHEIRA; MACIEL; MARTINS, 2008, p. 31).

Não há como dissociar o processo de alfabetização do de letramento, são processos diferentes, mas indissociáveis (SOARES, 2004). A aquisição da escrita deve acontecer por meio de práticas sociais de leitura e escrita de textos, explorando uma diversidade de gêneros textuais para

que a criança se aproprie dos textos que circulam na sociedade.

No entanto, ao se tratar de processos de ensino e de aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual, algumas especificidades do referido processo, assim como a sua relação com o letramento, merecem ser apresentadas. O aluno-criança com deficiência intelectual também deve se apropriar da alfabetização por meio do letramento de maneira que também se desenvolva social e linguisticamente.

Tomando como referência o exposto aqui, fica evidente que tais processos em crianças com deficiência intelectual ocorram da mesma forma que nas demais, isto é, a partir da relação com a cultura letrada, a partir da leitura e da escrita de textos reais. O que pode acontecer é que dependendo do grau da deficiência, o processo de aquisição de leitura e escrita se torne mais lento, considerando-se as particularidades, interesses e necessidades delas.

Dessa forma, a existência da deficiência intelectual não deve ser usada como obstáculo para o desenvolvimento intelectual, cultural e social. As possibilidades de aquisição desses conhecimentos pelos alunos-crianças com necessidades especiais, principalmente, se referindo à aquisição da língua escrita, dependem das interações interpessoais estabelecidas durante as práticas pedagógicas. Quanto melhor for a interação que a criança tiver com o objeto de conhecimento e com seus pares, melhor será o resultado de suas aprendizagens para a promoção do seu desenvolvimento intelectual e pessoal. “A mediação do adulto e a interação que os alunos com deficiência mental estabelecem com o universo da escrita, influenciam significativamente na evolução conceitual dos mesmos no que se refere à linguagem escrita. Normalmente, os alunos que interagem satisfatoriamente com seus professores, com seus pares, e também com o objeto de conhecimento, apresentam melhores resultados se comparados àqueles que tem dificuldades nas suas formas de interação. Parece que a relação com o conhecimento está ligada à forma de relação com o outro”. (BRASIL, 2007, p. 68).

Assim sendo, para que as práticas pedagógicas possibilitem aos alunos com deficiência intelectual o desenvolvimento de novas formas de funcionamento mental, elas devem focar o ensino de conceitos, seus significados e sentidos (VIGOTSKY, 2003). A motivação para aquisição da leitura e da escrita também é outro fator essencial para o êxito do processo. A criança, quando motivada, se envolve no processo educativo demonstrando um maior entrosamento no desenvolvimento das atividades em sala de aula. Quando o professor percebe que o aluno não tem essa motivação, é importante que faça intervenções no sentido de sanar as dificuldades apresentadas.

Nessa perspectiva, destaca-se o valor da mediação e das experiências de aprendizagem

vivenciadas no ambiente escolar, como elementos essenciais para o desenvolvimento infantil. Nesse sentido, as atividades relacionadas ao ensino da leitura e da escrita exigem planejamento intencional e consciente, levando em conta as diferenças individuais das crianças, suas possibilidades de aprender e de se relacionar ativamente com outros alunos existentes na sala de aula e com os objetos da cultura, tais como a escrita e a leitura.

6 Considerações Finais

Pelo exposto neste estudo, crianças com deficiência intelectual são capazes de aprender e necessitam de adaptações de atividades do currículo escolar para terem um maior êxito nos processos educativos promotores de seu desenvolvimento harmônico ao longo da infância. Tais adaptações devem ser realizadas por um professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual está preparado para acompanhar essa criança, avaliando-a, auxiliando-a e, principalmente, preparando-a para ser inserida no contexto escolar. O professor do AEE deve estar em contato constantemente com o professor da sala de aula comum, orientando-o de forma que possa planejar suas aulas visando um maior compromisso com as práticas pedagógicas, buscando atividades capazes de sanar as dificuldades apresentadas pelas crianças.

Todos os alunos, tendo deficiência ou não, possuem o direito de estarem inseridos na sociedade, participando ativamente dela como autores de sua cidadania. E para que possam exercer seus papéis como cidadãos, devem se apropriar da língua escrita, de maneira que entendam o que leem e escrevam. Dessa forma, torna-se essencial que a leitura e a escrita sejam tratadas a partir de sua funcionalidade social e a criança como sujeito ativo nesse processo.

A pesquisa revelou, portanto, que o processo de alfabetização deve acontecer simultaneamente ao processo de letramento, sendo indissociáveis. Ratifica-se, assim, que o processo de alfabetização-letramento se dá com a aprendizagem dos códigos linguísticos, permitindo que o indivíduo ativamente aprenda a ler e a escrever, lendo e escrevendo textos em sua função social.

Os processos de alfabetização e letramento em crianças com deficiência intelectual acontecem da mesma forma que nas demais crianças, porque se parte do pressuposto que esses processos devam ser tratados a partir da individualidade da criança e da função social da leitura e da escrita. Nesses processos, tornam-se relevantes as relações interpessoais como motivadoras de situações reais de uso da leitura e da escrita no ambiente escolar. Quanto mais significativas forem

essas relações e condições efetivas de leitura e escrita, maiores serão os resultados de alfabetização e letramento para alunos com deficiência intelectual.

Para ampliação dessas considerações, Anache e Mitijáns (2007) revelam em seus estudos a falta de pesquisas sobre os processos de ensino e de aprendizagem em pessoas com deficiência intelectual, principalmente, relacionadas a práticas pedagógicas usadas em salas de aula comum com crianças deficientes inclusas, dificultando as pesquisas relacionadas pelo processo de inclusão.

Foi possível perceber, pelos estudos empreendidos, que as práticas pedagógicas devem ser diversificadas, levando em conta as diferenças individuais presentes no contexto escolar e suas peculiaridades, de forma a favorecer não só o aluno com deficiência intelectual, mas todas as crianças com ou sem deficiência.

Em suma, a defesa das discussões feitas neste artigo é que, numa educação efetivamente inclusiva, será essencial privilegiar os conhecimentos já apropriados pela criança com deficiência intelectual, considerando as suas necessidades, interesses e direitos sociais como pessoa (GLAT, 2010). Nesse sentido, uma perspectiva de atuação educativa potencialmente significativa em crianças com ou sem deficiência, exige acolhê-las como sujeitos ativos e capazes de aprender, em situações pedagógicas onde possam se apropriar da cultura letrada, lendo e escrevendo.

Referências

1. ANACHE, A. A.; MITAJANS, A. M. Deficiência mental e produção científica na base de dados da CAPES: o lugar da aprendizagem. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, nº. 2, Campinas/SP, p. 253-274, 2007.
2. BRASIL. Constituição. **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
3. _____. **Decreto nº 3.298**. Brasília: 20 de dezembro de 1999.
4. _____. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.]
5. _____. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Deficiência Mental. Brasília: MEC, 2007.
6. _____. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, 2005.
7. _____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação**

- Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.
8. CARVALHO, L. R. **O letramento do aluno com deficiência mental no contexto da escola inclusiva** – relato de uma experiência. 2004, 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2004.
 9. CASTANHEIRA, M. L.; MACIEL, F. I. P.; MARTINS, R. M. F. (Orgs.). **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale, 2008.
 10. GLAT, R.. **Somos iguais a vocês** – depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2010.
 11. MELLO, A. R. L. O artigo científico no Curso de Especialização do AEE. Módulo III. Agenda 5. Texto 5. **Atendimento Educacional Especializado.** 2011. p. 1-10.
 12. MORTATTI, M. do R. L. **Educação e Letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.
 13. OMS, **Organização Mundial de Saúde.** Genebra, 2004.
 14. PLETSCHE, M. D. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental:** diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. 2009, 254f. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
 15. ROJO, R. **Letramento múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
 16. SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, nº.24, jan./fev./mar./abr., p. 5-17, 2004.
 17. VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Martins Fontes, São Paulo, 2003.

Sources of funding: No
Conflict of interest: No
Date of first submission: 2013-03-17
Last received: 2013-06-11
Accepted: 2013-04-03
Publishing: 2013-07-31